

Boletim

CR/RRR

AGOSTO/2015



SINDICATO DOS
PROFESSORES DE ENSINO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Criado a 1963

I. Conjuntura

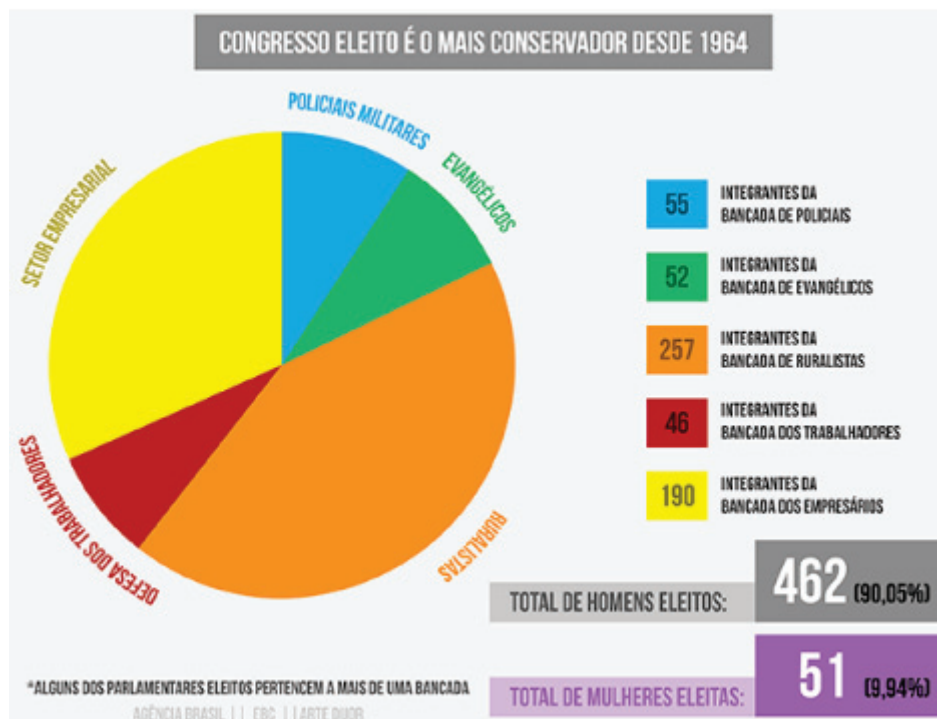
O Brasil vive momentos de confrontação política, favorecidos pela composição conservadora do Congresso Nacional e por iniciativas coordenadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, visando o retrocesso dos avanços econômicos, políticos e sociais conquistados pelo povo brasileiro nos últimos anos.

De acordo com estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o atual Congresso Nacional é o mais conservador desde 1964, com preponderância de grupos empresariais, policiais, militares e religiosos empenhados em desestabilizar o governo eleito em 2014 e enfraquecer os setores progressistas e de esquerda para impor suas pautas conservadoras.

A onda conservadora

Um dos fatores que permitiu o fortalecimento dos segmentos conservadores que impõem suas temáticas à sociedade e ao Congresso Nacional foi a campanha do candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves, que catalisou e apoiou eleitoralmente tais grupos, unificados em torno da oposição aos avanços que vem sendo implementados no país.

Desta aliança resultou um Congresso Nacional com a seguinte composição:



Sucessivas denúncias de desvios de recursos públicos, o clima de instabilidade econômica e medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, tomadas no âmbito federal e nos estados e municípios, criam um ambiente de elevação da temperatura política no país, dando margem e interpretações e ações contraditórias por parte dos diferentes grupos sociais.

O retrocesso ganha terreno

A partir de seu cargo à frente da Presidência da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha vem pautando projetos que repercu-

tem não apenas no parlamento, mas que se espraiam pela sociedade, produzindo efeitos na vida cotidiana do país mesmo antes de serem submetidos à votação.

Desta forma, vemos crescer em todo o Brasil manifestações contra as cotas raciais, contra os direitos das mulheres e as temáticas de gênero, contra os homossexuais, bem como linchamentos e outras manifestações que confrontam os direitos e garantias democráticas e tendem para o autoritarismo e a intolerância.

Entre os projetos de lei conservadores que tramitam no Congresso Nacional podemos citar os seguintes:

- Redução da maioria penal.

- Estatuto da Família: só considera família aquele formada por homem e mulher - proíbe a adoção de crianças por casais homossexuais.
- Manutenção do financiamento empresarial de campanhas eleitorais
- Revisão do sistema de partilha na exploração do pré-sal – reduz verbas para a educação.
- Revisão do estatuto do desarmamento.
- PL 4330: ampliação da terceirização.
- Quatro projetos sobre o aborto: tipificam como crime hediondo – aumentam a pena de prisão para o médico que praticar aborto para até 20 anos - determinam o “direito à vida” desde a concepção (isto é, o feto passa a ter direitos civis) – consideram crime contra a vida o anúncio de substância ou objeto destinado à interrupção da gravidez e a orientação de gestantes para o procedimento, com pena de até dez anos de reclusão.
- Instituição do Dia do Orgulho Hétero.
- Projeto para penalizar supostas discriminações contra heterossexuais.
- PEC 215/2000 – dificulta demarcação de terras indígenas.

Também como resultado da atual composição conservadora do Congresso Nacional a Reforma Política aprovada na Câmara

dos Deputados e que deverá passar pelo Senado Federal não responde aos anseios da sociedade e ignora todo o debate anterior realizado pelos movimentos sociais, que apresentaram um Projeto de Iniciativa Popular cujo ponto central é o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais. O financiamento empresarial está na origem da maioria dos casos de corrupção envolvendo a gestão do Estado.

O que vem ocorrendo no país, sob o comando de Eduardo Cunha, é uma verdadeira hipertrofia (ou seja, o crescimento excessivo) do poder legislativo sobre o poder executivo, quando deveria haver um equilíbrio entre esses poderes. Juntamente com setores do poder judiciário, representados neste momento pelo juiz Sérgio Moro, está se provocando a virtual paralisia do Governo da União, submetido a toda espécie de pressões, e também sérios prejuízos à atividade de setores estratégicos do país.

O combate à corrupção não pode paralisar o Brasil

O processo de apuração de esquemas de corrupção na Petrobrás e outros setores do Estado Brasileiro, em todos os seus níveis, é necessário. Os trabalhadores, mais do que ninguém, querem a apuração e punição de

todos os crimes de corrupção.

Entretanto, nenhum processo de investigação pode ser conduzido de forma a atingir apenas um partido ou grupo, preservando outros grupos e partidos contra os quais também se apresentam fatos indícios de irregularidades cometidas.

Não podemos concordar que a pretexto de combater a corrupção sejam tomadas medidas que criem uma situação que favorece o recrudescimento de uma crise política, econômica e social que prejudique o desenvolvimento do país.

Impactos da Operação Lava Jato na economia

No contexto atual, há uma linha tênue entre a apuração dos supostos crimes de corrupção envolvendo grandes empresas e setores do Estado e o aguçamento dos efeitos da crise econômica no país.

Devemos levar em conta que a crise é internacional e atinge seriamente muitos países. Um exemplo atual é o da Grécia, que realizou um plebiscito que indicou ao governo recusar o acordo com a União Européia nos termos propostas, mas que, no entanto, está sendo obrigada a realizar entendimentos com seus credores.

Da forma como vem sendo realizada, a operação Lava Jato tem tido impacto negativo na

atividade econômica do país. Grandes empreiteiras, que empregam milhões de trabalhadores brasileiros, estão colocadas no centro de um escândalo que é diariamente induzido pela mídia, divulgando dados e episódios nem sempre comprovados, mas que atingem apenas um determinado grupo político e conta com interferência de setores articulados com o PSDB, a quem interessa o agravamento da crise.

Na realidade, o PSDB trabalhou com dois cenários possíveis nas eleições presidenciais de 2014. No primeiro cenário, se fosse vencedor, aplicaria integralmente seu plano de governo, envolvendo a redução dos direitos dos trabalhadores, privatizações, minimização do papel do Estado e outras medidas de profundo ajuste neoliberal na economia brasileira. Com a vitória de Dilma Roussef, o PSDB aplica o seu "plano B", qual seja, inviabilizar o desenvolvimento do país.

Um das formas é a utilização da operação Lava Jato para enfraquecer áreas estratégicas, fragilizando empresas privadas e estatais perante concorrentes multinacionais que pretendem ingressar no mercado brasileiro, em acordo com políticos do PSDB.

Isto ocorre, por exemplo, no caso da Petrobras. Está claro que existe uma tentativa de enfraquecimento da empresa para facilitar a entrada de empresas estrangeiras no setor. Sem disfarçar suas

intenções, o senador José Serra apresentou projeto para quebrar o sistema de partilha do pré-sal, visando favorecer a inglesa Chevron.

Nós, servidores públicos, temos pago o preço desta estratégia de amplificação da crise, como ficou demonstrado na recusa do Governo de São Paulo em negociar e conceder-nos aumento salarial e outros direitos.

Juntamente com a CNTE, a CUT e demais centrais e movimentos, consideramos que o Governo Federal também comete erros no enfrentamento desta crise. Falta diálogo com o movimento sindical e promove um ajuste fiscal que penaliza apenas os trabalhadores, quando o ônus da situação deveria ser dividido entre todos, recaindo com maior peso sobre os setores mais ricos da população.

Para combater os atuais problemas econômicos do país, é preciso avançar para soluções que aprofundem a distribuição de renda, que promovam a arrecadação de impostos junto aos mais ricos, que combatam a sonegação fiscal (que no Brasil sangra os cofres públicos em volume superior à corrupção) e que continuem a induzir o crescimento econômico por meio de medidas que incentivem a produção industrial, o comércio e o setor de serviços.

Para isso é necessário que o governo, os trabalhadores e a sociedade enfrentem a questão da

reforma tributária. É preciso abrir este debate, contraposto à adoção de medidas ortodoxas que podem agravar, e não solucionar, os problemas econômicos que o país enfrenta.

Golpe, não!

O que está em jogo não é simplesmente a permanência de um governo no poder, mas a própria democracia.

Ao pretenderem a deposição da Presidenta democraticamente eleita, partidos e grupos conservadores menosprezam o direito da população a escolher seus governantes e, mais que isso, estabelecem que somente representantes de seus interesses podem governar. Na prática, seja qual for a forma que um eventual golpe venha a se processar, estará restabelecida no Brasil uma ditadura, construída sobre os escombros do Estado democrático de direito.

Apoiar a deposição do atual governo federal, seja lá qual for o argumento utilizado, é participar ativamente de um golpe de direita. Não existe justificativa possível para este ataque à democracia brasileira.

Este clima autoritário que busca retroceder nos avanços democráticos conquistados após o fim da ditadura militar no Brasil está presente em diversas situações de nossa realidade. Apenas para exemplificar, durante a nossa greve no primeiro semestre deste ano,

em diversas ocasiões o governo Geraldo Alckmin procurou criminalizar nosso movimento, impedindo o ingresso de representantes da Apeoesp nas escolas, a realização de atividades e manifestações

democráticas em vias públicas, o próprio direito de greve, sacramentado na Constituição Federal.

Por isso, a APEOESP vai continuar participando dos movimentos, atos e manifestações

que visem rechaçar as tentativas de golpe e vai continuar lutando pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, como profissionais e como cidadãos e cidadãs.

II. Campanha Salarial e Educacional

A APEOESP é incansável na defesa dos direitos dos professores e na luta pela valorização da nossa categoria e melhoria da escola pública.

Realizamos 92 dias de uma greve dura, enfrentando o autoritarismo e a prepotência do Governo Estadual do PSDB e também da mídia monopolizada, que procurou blindar o tempo todo o Governador e seu Secretário da Educação.

A greve foi suspensa, mas nossa luta continuou. O governo recusou-se a pagar os dias da greve, mas nossa pressão e ação junto ao poder judiciário vem obrigando-o a devolver os valores descontados. Recorremos ao Tribunal de Justiça de São Paulo e houve intenso trabalho junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, para obrigar o Governo a nos pagar.

A contragosto, por força da medida judicial, o Governador

teve que pagar o mês de maio em folha suplementar. Recorreu ao TJSP e perdeu. Vai ter que pagar também os 19 dias de março, os 30 dias de abril e não poderá descontar os 12 dias de junho.

Fica claro, portanto, que os professores grevistas estão tendo de volta os valores que o governo descontou devido à luta do sindicato, que em nenhum momento tem deixado de cumprir seu papel de interlocução e pressão sobre o Governo do Estado.

Para além do importante efeito imediato dessas medidas judiciais, elas significam algo ainda maior. Trata-se do reconhecimento do direito de greve, como fica explícito no seguinte trecho do despacho do desembargador Francisco Casconi, do TJSP, quando negou recurso do Governo Estadual:

“Evidente, embora perfunctoriamente indeferida a fls. 1.564/1.565, mas ulteriormente

concedida pelo Plenário do C. Órgão Especial, que reclamada tutela de urgência objetivava providência jurisdicional liminar para impedir a prática de qualquer ato (seja desconto remuneratório, seja anotação de faltas ou adoção de providências administrativas em relação aos grevistas) desde o início movimento paredista, mesmo porque a inicial traz como fundamento central o legítimo exercício do direito constitucional de greve, sem qualquer mitigação ou retaliação por parte do Estado.”

Reposição de aulas

A APEOESP tem lutado, orientado e apoiado os professores, do ponto de vista político e jurídico, para garantir a todos os direito à reposição das aulas. O Governo tem dificultado e até mesmo impedido essa reposição para muitos professores. Porém, com

o pagamento integral dos dias parados, que deve acontecer por força da medida judicial, certamente não interessará mais ao Estado criar esse tipo de dificuldades. Solicitamos reunião com o Secretário da Educação para tratar dessa questão, mas até o fechamento deste boletim ainda não havia sido agendada.

Não abrimos mão da nossa pauta de reivindicações

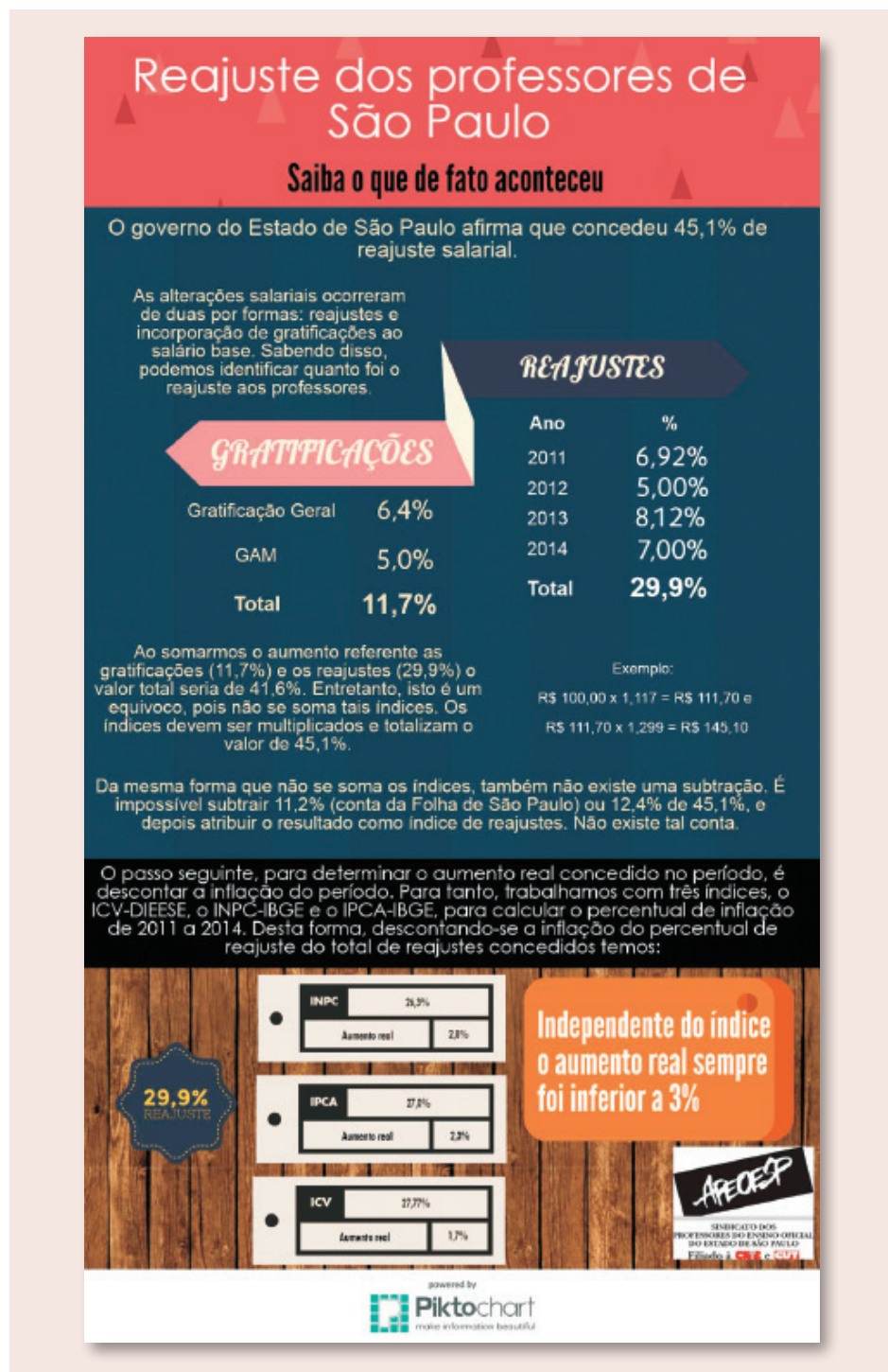
A nossa luta não se resume a recuperar o salário que nos descontado. Não vamos aceitar o desrespeito com que o Governo do PSDB trata nossas reivindicações. Durante a greve, tentando nos desqualificar, prometeu que anunciaria a proposta salarial em abril, depois em maio e finalmente, em julho. Não cumpriu. Vamos à luta, definindo um calendário de mobilizações para pressionar o governo a nos atender.

Lutamos pelo cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação¹. Ao colocar essa questão no centro da nossa pauta de reivindicações, abrimos na mídia e na sociedade um amplo debate sobre um profundo conceito de valorização da nossa profissão. No decorrer da greve, disputando intensamente com o Governo nos meios de comunicação tradicionais e utilizando

todos os espaços possíveis nas mídias alternativas, conseguimos desmascarar o Governador sobre diversos aspectos do nosso movimento.

Por isso, jornais como a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo, após longo período

repercutindo apenas as versões do Governo, terminaram por reconhecer a correção de nossos estudos salariais, que demonstram que o Governo Estadual não concedeu reajuste de 45% entre 2011 e 2014 (veja quadro a seguir):



¹ **Meta 17** - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE – in Plano Nacional de Educação – Brasil, 2014.

Também conseguimos que a Folha de S. Paulo reconhecesse a grande defasagem existente entre nossos salários e a média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior. Embora não tenha chegado ao índice de 75% que reivindicamos, a Folha admitiu que essa defasagem é da ordem de 60%.

Parte dos meios de comunicação, graças à nossa persistência, finalmente entenderam que pretendemos a efetivação de um plano de composição salarial para atingir o índice de 75,33% necessário para a equiparação com as demais profissões de formação equivalente e não, como dizia o Governo Estadual, que o pagamento deste índice seria de uma só vez, e sim de forma parcelada, até 2020, como prevê o PNE.

Assim como vamos continuar a luta pelo reajuste salarial, retomando a nossa mobilização, vamos exigir que o Governo envie os projetos de lei sobre a contratação de professores temporários (sob a forma de "categoria O"), bem como o projeto que assegura atendimento médico pelo IAMSPE a esses professores.

Da mesma forma, não abandonaremos a luta pela reabertura das classes fechadas, pela redução do número de estudantes por classe até atingir o máximo de 25 em todos os níveis, por melhores condições de trabalho, pela implantação da jornada do piso e todas as demais reivindicações que motivaram a nossa greve.

Uma greve histórica

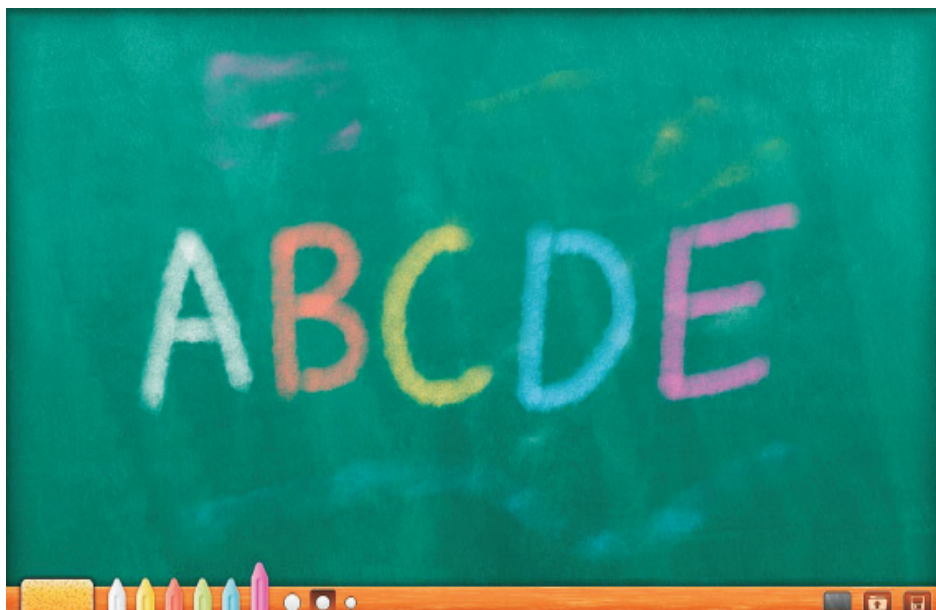
A história da nossa greve é de resistência e superação. Ela ficará marcada pela afirmação da APEOESP como a legítima representante dos professores da rede pública estadual.

Mas esta greve ficou marcada, também, pela capacidade de luta da categoria, realizando manifestações memoráveis, utilizando variadas formas de luta como o acampamento em frente à SEE, que durou mais de 80 dias; o acorrentamento de professores nos portões da SEE, que conseguiu forçar um reunião com o Secretário; ocupação da Assembleia Legislativa; "pedágios" no trânsito para divulgação da greve e arrecadação de fundos; busca de apoio junto a torcidas organizadas, artistas e personalidades; fechamento de estradas e outras vias públicas, atividades essas que muitas vezes contaram com a participação de membros da comunidade escolar e de outras categorias de trabalhadores.

A greve desmascarou a falsa eficiência do PSDB

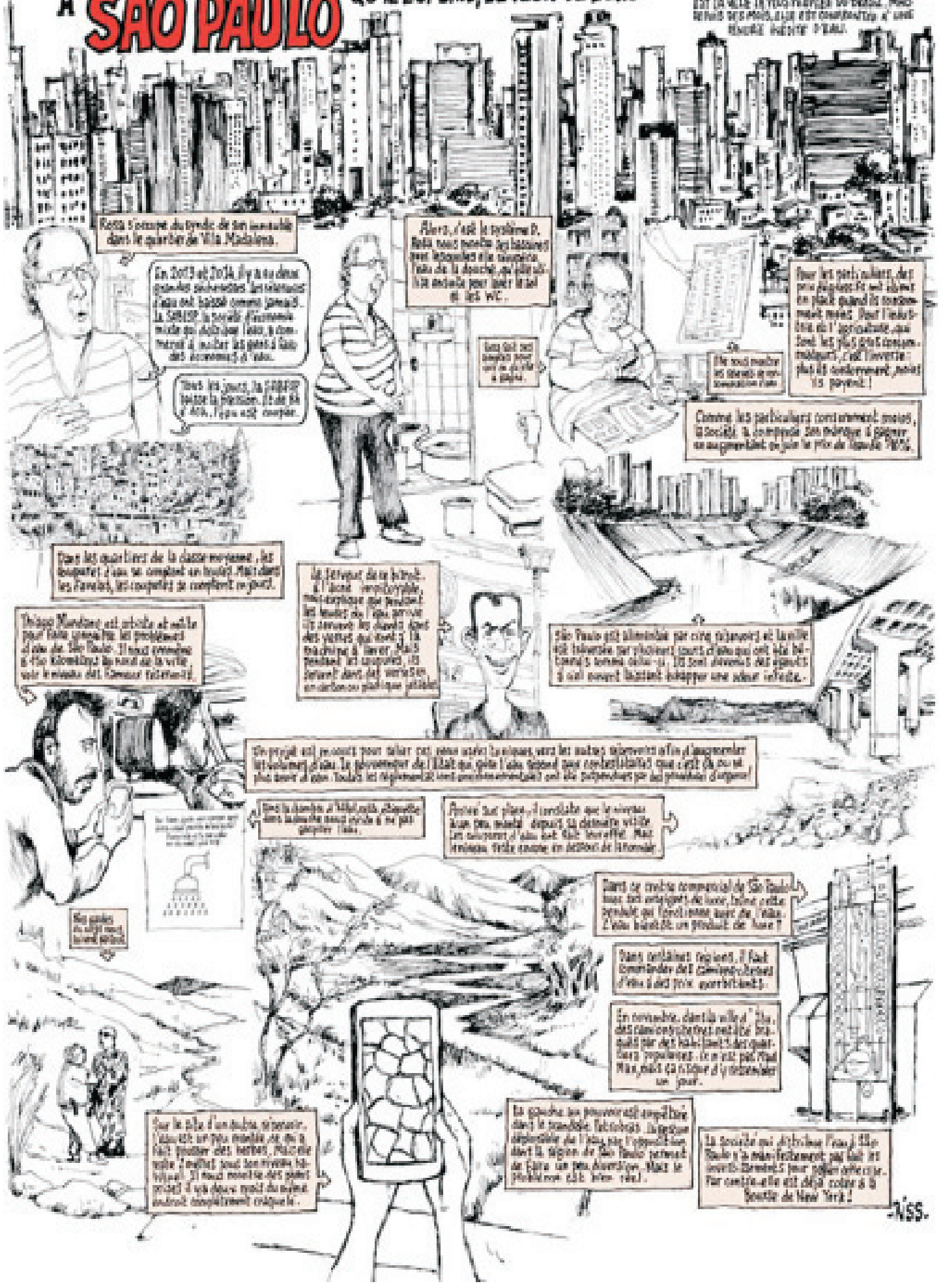
Ao mobilizar amplos setores sociais e provocar o debate sobre a situação da escola pública no estado mais rico da federação e da precariedade das condições de vida e trabalho dos seus profissionais, a greve desmascarou a falácia produzida pelo Governador Alckmin do modelo de eficiência de seu governo.

Este Governo do PSDB provocou o desabastecimento de água em todo estado, numa crise sem precedentes. Apesar de distribuir milhões de reais para os acionistas da SABESP, após processo de privatização. A situação é tão grave que a famosa revista satírica francesa Charlie Hebdo dedicou uma página ao problema, dando repercussão internacional ao fracasso da política do PSDB:



À SÃO PAULO QU'IL EST LAID, LE PÉBIT DE L'EAU

Avec ses 20 millions d'habitants, São Paulo est la ville la plus peuplée du Brésil, mais même ses habitants ont du mal à accéder à l'eau.



Rosa s'occupe du trafic de son immeuble dans le quartier de Vila Madalena.

En 2013 et 2014, il y a eu deux grandes sécheresses. Les réservoirs d'eau ont baissé comme jamais. La SABESP a essayé d'augmenter le prix de l'eau pour encourager les gens à économiser l'eau.

Dans les jours, la SABESP baisse la pression. Et de 14 à 10, l'eau est coupée.

Alors, c'est le système B. Mais tout monde se bat avec les toilettes et la toilette. Vous de la douche, ça n'est pas la douche pour tout le monde.

Une fois que l'eau est coupée, on ne peut pas aller à la douche.

Pour les particuliers, des prix élevés et un accès en stock pendant les tempêtes sont maux. Pour l'industrie, ça fait perdre des emplois. Pour les agriculteurs, ça fait perdre des récoltes. Pour les pêcheurs, ça fait perdre des poissons. Pour les consommateurs, ça fait perdre des produits.

Et tout monde se bat avec les toilettes et la toilette.

Comme les particuliers constamment maux, la Société a essayé de baisser le prix de l'eau. Mais ça n'a pas fonctionné.

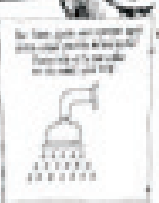
Dans les quartiers de la classe moyenne, les habitants d'eau ne comptent pas. Mais dans les favelas, les habitants se complètent l'eau.

Le favela de la favela. Il n'est pas possible. Les habitants qui vivent là n'ont pas d'eau. Ils arrivent à trouver de l'eau dans les puits de la favela. Mais ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

Três Marias est un village au bord de la mer. Il n'y a pas de problème d'eau. Mais il n'y a pas de problème d'eau. Mais il n'y a pas de problème d'eau.

São Paulo est alimentée par cinq réservoirs et la ville est alimentée par réservoirs. Mais ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

Le projet est financé pour aider les gens à accéder à l'eau. Mais ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.



Le projet est financé par le gouvernement de São Paulo.

Après tout ça, il est évident que le système B n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

Dans le centre commercial de São Paulo, les gens ont accès à l'eau. Mais ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

Dans certains quartiers, il faut commander de l'eau. Ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

En certains endroits, il n'y a pas d'eau. Ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

Sur la tête d'un arbre, il n'y a pas d'eau. Ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

La Société qui distribue l'eau à São Paulo n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

La Société qui distribue l'eau à São Paulo n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr. Et ça n'est pas sûr.

ASS.

Veja tradução livre dos quadrinhos acima:

Em São Paulo o que é feio é a falta d'água.

Com seus 11 milhões de habitantes, São Paulo é a mais populosa cidade do Brasil. Mas depois de meses, ela está confrontada com uma inédita falta d'água.

Rosa cuida de seu imóvel localizado no bairro da Vila Madalena.

Em 2013 e 2014 houve duas grandes secas. As reservas de água baixaram como nunca antes. A SABESP, a empresa de economia mista que distribui a água, começou a incentivar as pessoas a economizar água.

Todos os dias a SABESP baixa a pressão. E das oito às dez, a água é cortada.

Então, este é o sistema. D. Rosa mostra-nos tigelas extras com que recupera a água do chuveiro, que ela usa para lavar o chão e WC.

Rosa faz suas contas para ver quanto economizou.

Ela nos mostra seus registros de consumo de água.

Para os indivíduos, os preços caem se eles consomem menos. Para a Indústria e a agricultura, que são os maiores consumidores, quanto mais consomem, menos pagam.

Como os indivíduos consomem menos, a SABESP os premiou aumentando em junho o preço da água em 16%.

Nos bairros de classe média, os cortes da água são computados em horas. Mas nas favelas, são computados em dias.

O servidor deste bistro, com uma acne implacável, explica que durante as horas em que há água, os clientes são servidos em pratos de vidro, que vão para a máquina de lavar. Mas durante os cortes de água, são servidos em pratos de papelão ou de plástico descartável.

São Paulo é abastecida por cinco reservatórios e é atravessada por muitos cursos d'água, que foram concretados, como este. Eles se tornaram esgotos a céu aberto, exalando um odor infecto.

Um projeto está em curso para

conectar essas águas tóxicas aos outros reservatórios a fim de aumentar os volumes de água. O governador do Estado, responsável pela gestão da água, responde aos críticos que ou é isso ou não haverá mais água. Todas as leis ambientais foram suspensas por procedimentos de emergência.

No quarto do hotel, uma etiqueta no box incentiva-nos a não desperdiçar água.

Thiago Mundano é artista e milita denunciando os problemas da falta d'água em São Paulo. Ele nos levou a 150 quilômetros ao norte da cidade para ver o nível dos famosos reservatórios.

Chegando ao local, ele constata que o nível da água subiu um pouco desde sua última visita. Os cortes d'água estão fazendo. Mas o nível em ainda está abaixo do normal.

O site de outro reservatório mostra que a água está um pouco acima, pelo fato de possuir vegetação. Porém, está dois metros abaixo de seu nível habitual. Ele nos mostra fotos tiradas há dois meses do mesmo lugar completamente rachado.

Em um centro comercial de São Paulo, com seus letreiros de luxo, há um relógio de pêndulo que funciona com água. A água em breve será um produto de luxo?

Em certas regiões, você tem que pedir caminhões-pipa a preços exorbitantes.

Em novembro, na cidade de Itu, caminhões-pipa foram desviados pelos habitantes de bairros populares. Não é Mad Max, mas foi um dia semelhante.

A esquerda no poder está atolada no escândalo da Petrobrás. A deplorável gestão da água na região de São Paulo pela oposição permite-nos fazer algumas piadas, mas o problema é bem real.

A empresa que distribui a água em São Paulo claramente não fez os investimentos para enfrentar essa crise. Pelo contrário, ela já está listada na Bolsa de Nova York.

Governando o estado mais rico da União, o PSDB não conseguiu dar respostas às demandas educacionais da população e levou São Paulo às piores colocações nos indicadores de qualidade. Este Governo não cumpre nem mesmo a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) quanto à composição da jornada de trabalho. Esta greve teve o mérito, também, de demonstrar à opinião pública, apesar do cerco de proteção da grande mídia, que este governo não trata a educação e seus profissionais com respeito e responsabilidade.

Pela aprovação e implementação do Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais de Educação democráticos e emancipadores que contribuam para uma Educação de Qualidade Social para todos

Contrariando o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) que definiu o prazo de um ano a partir da promulgação do PNE para que os municípios e estados adequassem seus Planos Estaduais e Municipais

de Educação à nova legislação nacional, somente 14 entes federativos estaduais aprovaram e sancionaram seus PEEs, sendo que o governo do Estado de São Paulo nem enviou ainda o Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Temos informação de que o governador enviará o Projeto de Lei relativo ao PEE no início do mês de agosto, porém conforme já informamos acima não será aquele que foi debatido e aprovado pelo FEESP. Isso indica que haverá um forte embate de posições no interior da ALESP e será fundamental a pressão dos professores para garantirmos conquistas importantes que constam no PNE e novos avanços no âmbito estadual. Este trabalho de pressão deverá ser feito tanto na ALESP quanto nas bases eleitorais dos deputados em suas regiões.

Lembramos ainda que apesar da maioria dos municípios (441 até o momento em que elaboramos este boletim), já terem elaborado e sancionado seus Planos municipais de Educação, muitos ainda não o fizeram. Quanto aos que já foram sancionados, começa outra etapa que é a luta para colocar em prática todas as ações previstas nas respectivas legislações.

Para ampliar o debate sobre o PEE, será realizada no dia 12 de agosto, às 9 horas, uma audiência pública sobre o tema, em parceria da APEOESP com

deputados da Assembleia Legislativa (vide reprodução do cartaz abaixo). As subseções devem or-

ganizar caravanas para garantir uma ampla participação da nossa categoria neste evento.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

12
agosto
2015

POR UM PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICO E EMANCIPADOR

**9 horas - Auditório Paulo Kobayashi
Assembleia Legislativa**

Convidados

- Secretaria Estadual de Educação
- Deputados estaduais
- Fórum Nacional de Educação
- Fórum Estadual de Educação
- APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiação a **CNE** e **CETEC**

SIP

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Rua Pedro Álvares Cabral, 201 – Ibirapuera – São Paulo/SP

Fortalecer os Conselhos de Escola e os Grêmios Estudantis

Historicamente a APEOESP entende que o fortalecimento

dos Conselhos de Escola é uma tarefa fundamental dentro de nossa concepção de gestão democrática, pois é um espaço institucional de participação no qual representantes da comunidade escolar devem ser eleitos de forma direta pelos seus pares e ter poder para analisar a situação

real da escola e definir seu planejamento e as ações necessárias para alcançar os seus objetivos, em especial participando da elaboração do projeto político-pedagógico, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Entretanto, nem sempre este espaço de gestão tem funcionado de forma democrática, sendo que muitos de seus membros são “caçados” ou indicados pela direção escolar e acaba nem se reunindo de forma regular. Não é incomum que o Conselho de Escola funcione como um espaço burocrático de referendo da direção escolar.

É fundamental que os nossos conselheiros e representantes invistam no fortalecimento dos Conselhos de Escolas, para que este órgão seja um espaço político vivo e atuante, no qual contribua para forjar cidadãos. Em outras palavras, sujeitos críticos e ativos.

No mês de julho a APEOESP realizou o II Encontro de Representantes de Conselhos de Escola com representação dos diversos segmentos das várias regiões do estado.

Por um perfil de ensino médio que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora

O governo estadual através do

Secretário Estadual da Educação, Herman Voorwald, deverá apresentar uma proposta de reforma do ensino médio em reunião do Conselho Estadual de Educação que ocorrerá no mês de agosto.

As informações das quais dispomos referem-se àquelas divulgadas pelo próprio Secretário em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, que apontam para uma espécie de “currículo a la carte”, ou seja, o estudante do segundo e terceiro ano poderá montar livremente, como se fosse um joguinho de Lego, sua matriz curricular.

Utilizando um exemplo infeliz, o Secretário chegou a dizer que se o estudante não gostasse de matemática, poderia então optar por artes ou o estudo de uma língua, descartando assim, por simples questão de afinidade, uma disciplina essencial para a sua formação e seu futuro.

A forma como o governo estadual vem implementando esta reforma curricular no ensino médio merece repúdio, primeiro, como método por não abrir um processo de debate com os profissionais da educação, com os estudantes, com os pais e com sociedade de forma geral. Dificilmente os professores se empenharão num projeto do qual não se sentem protagonistas.

No nosso entendimento o que é fundamental é a definição de uma identidade para o ensino médio que articule ensino, pes-

quisa, trabalho, cultura, ciência e tecnologia, de forma a atender às necessidades dos estudantes em sua formação para o prosseguimento dos estudos, para o mundo do trabalho e para a vida.

Por outro lado, não é possível discutir mudanças no ensino médio de forma desarticulada da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino superior. Se não houver este diálogo, provavelmente teremos problemas no processo formativo. Da mesma forma, a formação do professor da educação básica deve envolver as instituições de ensino superior, na medida em que é nestas instituições que se formam os futuros profissionais do magistério. Assim, ao se definir que tipo de formação é a mais adequada para a educação básica, o futuro profissional deve ser formado dentro desses parâmetros.

A intenção do governo do estado de São Paulo de implantar esta mudança curricular também é extemporânea, pois uma Proposta da Base Nacional Comum Curricular está em fase de debate aberta pelo MEC, cumprindo o que determina o PNE. Seria mais adequado aguardar a definição do debate nacional para que houvesse o ajuste estadual à luz do que for definido nacionalmente.



III. Propostas para Debates

Conjuntura

- As sedes devem organizar e participar de movimentos e atividades em defesa da democracia, dos direitos da cidadania e dos trabalhadores.
- As sedes também devem promover debates sobre temas da conjuntura, convidando pessoas capacitadas. Para tanto, a APEOESP publicará materiais temáticos e enviará posteriormente às sedes sugestões de nomes de debatedores.
- Em defesa da democracia e contra qualquer tentativa de golpe.
- Contra a redução da maioria penal.
- Contra a terceirização.
- Contra a aprovação de qualquer projeto que retire direitos trabalhistas e sociais e que signifique a promoção da intolerância, da discriminação, da violência e do preconceito na sociedade.
- Pela aprovação e implementação da Reforma Política de acordo com a elaboração das entidades sindicais e da sociedade civil organizada, com destaque para o fim do financiamento empresarial das

campanhas eleitorais e pela ampliação da participação popular

- Pela implementação da reforma tributária, que incremente a arrecadação de impostos nas camadas mais ricas da população, reduzindo a carga tributária sobre os trabalhadores e a população mais pobre.
- Pela implementação do imposto sobre grandes fortunas
- Pela implementação de medidas para o combate à sonegação fiscal por parte de empresas e dos setores mais abastados da população.

Campanha salarial e educacional:

- Intensificar a luta pelo atendimento da nossa pauta de reivindicações:

Pauta de Reivindicações

- Plano de composição para um aumento de 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação superior (Conforme determina a meta 17 do Plano Nacional de Educação)
- Conversão do bônus em reajuste salarial
- Pela aplicação da jornada do piso

- Reabertura das classes e períodos fechados; imediato desmembramento das salas superlotadas
- Máximo 25 alunos por sala desde o primeiro ciclo do Ensino Fundamental ao Ensino Médio
- Nem duzentena nem quarentena para os professores da categoria O
- Garantia de atendimento médico pelo IAMSPE aos professores da categoria O
- Pela ampliação dos repasses para as escolas
- Por uma nova forma de contratação dos professores temporários, com garantia de direitos
- Fim do assédio moral
- Convocação e ingresso para todos os concursados
- Garantia de PCPs nas escolas de acordo com a Resolução 75/2013. No mínimo um PCP em cada escola, independente do número de salas.
- Garantia de condições adequadas de infraestrutura em todas as escolas
- Pelo fim da lei das faltas médicas; fim da perseguição aos professores nas perícias médicas
- Pela aceleração dos processos de aposentadoria
- Água em todas as escolas, para todos
- Aumento do valor do vale alimentação e do vale transporte
- Continuidade do transporte escolar gratuito para os estudantes
- Fim do projeto excludente de escola de tempo integral; por uma educação integrada

- Fim do corte de verbas para as escolas
- Contra criminalização da greve e dos Movimentos Sociais
- Contra o Projeto de Terceirização PL 4330
- Contra Redução da Maioridade Penal
- Nenhuma punição, processo ou demissão de professores em razão da greve

- Assegurar o pagamento de todos os dias parados a todos os professores que realizaram a greve.
- Assegurar o direito de reposição de todas as aulas a todos os professores que participaram da greve, com respectiva retirada das faltas dos prontuários.
- As reuniões de representantes devem debater propostas para a continuidade da campanha salarial a serem encaminhadas para o CER.
- Os representantes devem debater e apresentar propostas de datas para a primeira assembleia do segundo semestre.

Plano Estadual de Educação

- Pressionar a ALESP pela aprovação do Plano Estadual de Educação elaborado pelo Fórum Estadual de Educação (FEESP).
- Distribuir à categoria, por meio das subsedes, a proposta de Plano Estadual de Educação elaborada pelo FEESP.
- Agitar e promover debates nas regiões, apresentando propostas de emendas ao PEE.
- As subsedes devem organizar a participação massiva dos professores e professoras na audiência pública sobre o PEE – dia 12 de agosto – 9 horas – ALESP.

Ensino Médio

- Por um perfil de ensino médio que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora.
- As subsedes devem organizar debates sobre o ensino médio nas regiões, com base em

material a ser distribuído pela APEOESP.

- Participar da reunião do Conselho Estadual de Educação para discussão da proposta de reforma do ensino médio do Secretário da Educação, em agosto.

Conselhos de Escola

- Realizar com todos os conselheiros de escolas nas regiões, convergindo para um novo encontro estadual, mais participativo, onde as questões possam ser aprofundadas.
- Lutar pelo fortalecimento dos Conselhos de Escola em todo estado.
- As subsedes devem elaborar planos para contribuir com a criação e fortalecimento dos Grêmios Estudantis. Lembramos os Grêmios Estudantis possuem respaldo legal e autonomia para sua organização na escola, em especial destacamos a Lei nº 7.398/1985, que dispõe sobre a organização das entidades estudantis do ensino fundamental e médio.

IV. Informes

Participação a APEOESP no CECUT/SP

A CUT SP realizará o seu 14º Congresso Estadual (CECUT) entre os dias 25 e 28 de agosto em Águas de Lindóia.

Neste evento, que reunirá representantes de todas as categorias de todas as regiões do estado de São Paulo, a APEOESP participará com a maior delegação e incluiu a Educação como uma das oficinas previstas. Nesta oficina serão realizadas duas

mesas de debates. Uma para discutir a implementação do Plano Nacional de Educação e a luta pelo Plano Estadual e Municipais de Educação. A outra discutirá a questão da educação pública de qualidade como direito social. A inclusão da educação como um

dos temas do Congresso reflete a importância que a educação e sua relevância social.

Pela primeira vez a CUT/SP será deverá ser presidida por um diretor da APEOESP, o professor Douglas Martins Izzo. Este fato é muito significativo, primeiro pelo reconhecimento da importância da APEOESP no movimento sindical paulista e na construção da própria central sindical, mas também porque permitirá que a educação ganhe maior importância e espaço na agenda sindical de nosso estado, da mesma forma que também significará o fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores entre os servidores públicos. Da mesma forma, deverá ser reconduzida a professora Telma Aparecida Andrade Victor, também diretora da APEOESP, na executiva da CUT/SP

CONCUT

Neste Congresso será eleita a delegação paulista ao Congresso Nacional da CUT, que será realizado em outubro, e que contará com expressiva participação da APEOESP. No CONCUT a delegação da APEOESP votará pela continuidade do companheiro Vagner Freitas na Presidência da Central, assim como pela participação do professor Ariovaldo de Camargo, atual Secretário de Formação da APEOESP, na direção executiva da CUT Nacional.

Presidente da CNTE, ex-Vice-Presidente da APEOESP, Roberto Leão é eleito Vice-Presidente Mundial da Internacional da Educação

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e ex-Vice-Presidente da APEOESP, Roberto Franklin de Leão, foi eleito Vice-Presidente Mundial pela América Latina da Internacional da Educação (IE), para a gestão 2015-2019.

A eleição ocorreu durante a reunião plenária do 7º Congresso Mundial da Internacional da Educação que se realizou de 21 a 26 de julho, em Ottawa, capital do Canadá. Cerca de 1700 educadores de todo o mundo participam do encontro, sendo 230 delegados pela América Latina.

A Internacional da Educação abrange organizações de professores e funcionários da educação em todo o mundo. É a maior federação mundial de sindicatos, representando 32 milhões de trabalhadores de educação em 392 sindicatos de 170 países.

A eleição do companheiro Roberto Leão significa o reconhecimento da força e da importância da APEOESP no contexto da IE, tendo em vista sua formação sindical e trajetória de luta no interior do nosso Sindicato. É um orgulho e uma satisfação muito grande tê-lo como representante dos trabalhadores em educação do Brasil e de toda a América Latina

na Internacional da Educação. “Vamos levar a nossa experiência e continuar lutando por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Agora, em nível mundial”, disse Leão no momento de sua eleição.

Marcha das Margaridas

A 5ª Marcha das Margaridas será realizada nos dias 11 e 12 de agosto em Brasília. A atividade é organizada pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e conta com parceria da CUT. Nesta 5ª Marcha a coordenação espera a participação de 100 mil participantes.

A Marcha das Margaridas é um evento organizado desde o ano 2000, quando foi organizado a 1ª Marcha com mulheres batalhadoras de todo Brasil, do campo e da cidade, no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia, sem homofobia e sem intolerância religiosa.

A 5ª Marcha tem 8 eixos de luta:

1. Soberania alimentar
2. Terra, água e agroecologia
3. Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns
4. Autonomia econômica: trabalho e renda
5. Educação não sexista, educação sexual e sexualidade
6. Violência
7. Direito a saúde e direitos reprodutivos
8. Poder, participação e democracia



expediente

Dirigentes responsáveis
por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Fábio Santos Silva
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis
pela Secretaria de
Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Sílvio de Souza
Secretário de Comunicações
Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Zenaide Honório

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CEB**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP
TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: *Presidenta*: Maria Izabel Azevedo Noronha; *Vice-Presidente*: Fábio Santos de Moraes; *Secretário Geral*: Leandro Alves Oliveira; *Secretário Geral Adjunto*: Fábio Santos Silva; *Secretário de Finanças*: Luiz Gonzaga José; *Secretária de Finanças Adjunta*: Maria Sufaneide Rodrigues; *Secretário de Administração*: Odimar Silva; *Secretária de Administração Adjunta*: Maria José Carvalho Cunha; *Secretária de Patrimônio*: Miguel Noel Meirelles; *Secretária de Patrimônio Adjunta*: Tereza Cristina Moreira da Silva; *Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais*: Francisca Pereira da Rocha Seixas; *Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto*: Richard Araujo; *Secretário de Comunicações*: Roberto Guido; *Secretário de Formação*: Ariovaldo de Camargo; *Secretário de Formação Adjunto*: Paulo José das Neves; *Secretário de Legislação e Defesa dos Associados*: Francisco de Assis Ferreira; *Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta*: Zenaide Honório; *Secretário de Política Sindical*: Moacyr Américo da Silva; *Secretária de Política Sindical Adjunta*: Ozani Martiniano de Souza; *Secretária de Políticas Sociais*: Rita de Cássia Cardoso; *Secretário de Políticas Sociais Adjunto*: Ezio Expedito Ferreira Lima; *Secretária para Assuntos de Aposentados*: Ana Lúcia Santos Cugler; *Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta*: Fátima da Silva Fernandes; *Secretária para Assuntos da Mulher*: Suelly Fátima de Oliveira; *Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta*: Eliana Nunes dos Santos; *Secretária para Assuntos Municipais*: Nilceia Fleury Victorino; *Secretária para Assuntos Municipais Adjunta*: Mara Cristina de Almeida; *Secretária Geral de Organização*: Cilene Maria Obici; *Secretária de Organização para a Capital*: Silvana Soares de Assis; *Secretário de Organização para a Grande São Paulo*: Stenio Matheus de Moraes Lima; *Secretária de Organização para o Interior*: Jorge Leonardo Paz; *Secretária de Organização para o Interior*: Paula Cristina Oliveira Penha; *Secretário de Organização para o Interior*: Sergio Martins da Cunha; *Secretária de Organização para o Interior*: Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar De Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ary Neves Da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Decio Alves Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte; Fabiana Ribeiro da Silva; Fláudio Azevedo Limas; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Gabriela Benites Oliveira; Gerson Jose Jorio Rodrigues; Gilmar Ribeiro; Gláucia De Fatima Rodrigues; Idenilde De Almeida Conceicao; Janaina Rodrigues Prazeres; Jesse Pereira Felipe; João Luís Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto; Joel Fernando Cangane; José De Jesus Costa; Josefa Gomes da Silva; José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Julio Cesar Brandão; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteadado Neto; Luis Antonio Nunes Da Horta; Luiz Arlindo S. Oliveira; Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Marcio Cabral Barbio; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Mariana Coelho Rosa; Nilson Silva; Orivaldo Felicio; Paulo Eduardo Mahon Brito; Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembegue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Ronaldo Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia; Sergio Henrique De Oliveira Teixeira; Solange Aparecida Benedeti Penha; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva; Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zirnberger e Wilson Augusto Fiuza Frazao.